

ACTA N.º 3/06



- - - No dia um do mês de Março do ano dois mil e seis, no Auditório do Castelo de Santiago da Barra desta cidade de Viana do Castelo, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, sob a presidência de Armando Rodrigo Soares Pereira. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Manuel Pinto da Costa e Marsal Silva Pereira, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Defensor Oliveira Moura. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, José Maria da Cunha Costa, Vítor Manuel Castro de Lemos, Joaquim Luís Nobre Pereira, Ana Margarida Ferreira da Silva, Mário da Cunha Rodrigues Guimarães e Augusto Patrício Lima Rocha. Pelas vinte e uma horas, foi declarada aberta a reunião com a presença de setenta e sete deputados municipais e a falta de quatro, conforme documento que se junta sob o número 1. -----

- - - Uma vez que será feito registo fonográfico, nos termos do que dispõe o número 6 do artigo 54º do Regimento apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. -----

- - - O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes documentos:- PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 78º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO:- João Campos Sardinha (PS), pelo período de 15 dias, o qual irá ser substituído pelo eleito que se segue na correspondente lista, Tomás da Conceição Lima Ribeiro. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) Nº 1 ARTº 38º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, que se faz substituir por Ruben Gonçalves Torres, e tendo em atenção que se encontrava presente na sala, e cuja identidade é do conhecimento pessoal do Presidente da Mesa, iniciou de imediato as suas funções como Deputado Municipal. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- - - Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o n.º 2. -----

PONTO 1

DELIBERAÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE INQUÉRITO AOS FACTOS RELATADOS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZEMBRO DE 2005, SOBRE ILEGALIDADES COMETIDAS ENTRE A CÂMARA E JUNTAS DE FREGUESIA NO FORNECIMENTO DE INERTES E DINHEIROS PÚBLICOS

- - - O Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 50º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o nº 1 do artigo 43º do Regimento, deu a palavra aos deputados Carlos Antunes (doc. nº 3), e Aristides Sousa (doc. nº 4), na qualidade de representantes dos Agrupamentos proponentes da proposta que deu origem ao único ponto da presente sessão extraordinária. De seguida intervieram os seguintes deputados municipais:- José Carlos Resende, Sebastião Almerindo Gonçalves Seixas (defesa honra), José Carlos Resende (defesa honra), Rui Viana (doc. nº 5), Noé Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo de Neiva, Fernando Marques. -----

- - - Seguidamente, e nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 24º do Regimento, e por solicitação do Agrupamento Político do PS foi decidido fazer um intervalo de 5 minutos. Retomados os trabalhos intervieram os seguintes deputados municipais:- Eduardo Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo de Neiva (defesa honra), Eduardo Teixeira (esclarecimento), Sebastião Seixas, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Presidente da Junta de Freguesia de Chafé (defesa honra), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior (defesa honra), Presidente da Junta de Freguesia de Mazarefes; Presidente da Junta de Freguesia de Chafé, Aristides Sousa, Eduardo Teixeira, José Carlos Resende. -----

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. De seguida intervieram para defesa da honra os deputados municipais Carlos Antunes e Júlio Vasconcelos, tendo este solicitado que ficasse exarado em acta um protesto sobre



o comentário do Sr. Presidente da Câmara de que o deputado Aristides Sousa "fala, fala e não diz nada". Seguidamente intervieram ainda os deputados municipais Sebastião Seixas, Fernando Marques, Rui Viana e Paulo Vilaverde (protesto). Por último, interveio o Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos. -----

- - - Findas todas as intervenções, foi posto a votação da Assembleia a proposta dos Agrupamentos do PSD e CDS/PP de Constituição de uma Comissão de Inquérito aos factos relatados pelo Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal de Dezembro de 2005, sobre Ilegalidades cometidas entre a Câmara e Juntas de Freguesia no Fornecimento de Inertes e Dinheiros Públicos, tendo sido obtido o seguinte resultado:- 15 votos a favor, 47 votos contra e 7 abstenções, pelo que foi deliberado não constituir a referida Comissão de Inquérito. -----

- - - Por último, pelo deputado municipal Carlos Resende foi proferida declaração de voto e os deputados Carlos Antunes (PSD) e Aristides Sousa (CDS/PP), foi apresentada declaração de voto escrita (doc. nº 6). -----

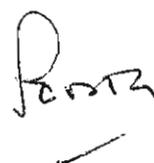
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

- - - De seguida, o Presidente da Assembleia fixou um período de intervenção aberto ao público, não se tendo registado qualquer intervenção. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma. -----

- - - E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----





01-03-2006

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

FOLHA DE PRESENCAS

MEMBROS ELEITOS	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Armando Rodrigo Soares Pereira - PS		
Carlos Parente Antunes - PPD/PSD		
José Carlos Coelho Resende da Silva - PS		
Sebastião Almerindo Gonçalves Seixas - PPD/PSD		
Manuel Augusto de Jesus Lima - PS		
Maria de Fátima Simões Viana Bastos - PS		
Ivone da Silva Sousa da Costa Rocha - PPD/PSD		
Luís Manuel Miranda Palma - PS		
José Augusto Neiva de Sá - PPD/PSD		
Manuel Domingos Cunha da Silva - PS		
Ana Rocha de Oliveira - CDU	S 	
Paulo Jorge Araújo do Vale - PPD/PSD		
Maria Adelaide Vieira Lousinha - PS		
Amândio Araújo Passos Silva - PS		
Paulo de Azevedo Vilaverde Ribeiro - PPD/PSD		
Júlio Manuel da Silva Magalhães e Vasconcelos - CDS/PP		
Maria Emília Magalhães Barbosa - PS		
Fernando António da Silva Marques - BE		
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira - PPD/PSD		
Berta Maria de Sá Santos - PS	S 	



01-03-2006

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Antero Augusto Martins Filgueiras - PPD/PSD	S		
Victor Manuel de Abreu Barbosa - PS			
Manuel Pinto Costa - PS			
António Rui Viana Fernandes da Ponte - CDU			
João Fernando Rodrigues da Cruz - PPD/PSD			
João Campos Sardinha - PS	S		
Artur Guilherme de Sousa Emílio - PPD/PSD			
Carla Alexandra Ribeiro Esteves Cerqueira - PS			
Aloísio Fernando da Costa Freitas - PS			
Jorge Miguel Maciel Cardoso Martins - PPD/PSD			
Maria Luísa de Sá Barbosa Novo Vaz - VNC			
Noé Martins da Rocha - PS			
Emanuel Araújo Miranda - PPD/PSD			
Maria Gabriela Miranda Felgueiras Portela - PS			
Aristides Martins de Sousa - CDS/PP			
António Meira Gonçalves - PPD/PSD			
José Augusto Ribeiro dos Reis - PS			
Rui Sá Afonso - CDU			
Luís Filipe de Oliveira Louro - BE			
José Emílio da Rocha Antunes Viana - PS			
João Pedro Cunha da Cruz - PPD/PSD			



01-03-2006

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

MEMBROS ELEITOS SUPLENTES	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Fátima Cristina Brito de Melo (PS)		
Tomás da Conceição Lima Ribeiro (PS)		
Joaquim Augusto Lopes Pinheiro (PS)		
Manuel Domingos Afonso de Miranda (PS)		
António da Costa Gorito (PS)		
Ilídio Matos de Carvalho (PS)		
Paula Ninotcha Martins Marques (PS)		
Luís Costa Marques (PS)		
Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD)		
João Paulo da Costa Marinho (PSD)		
Domingos Miguéis Gonçalves Cachadinha (PSD)		
Miguel Angel Rodrigues Dominguez (PSD)		
Daniela Cláudia Barbosa Afonso Cerqueira (PSD)		
Ricardo Augusto da Fonte Parente (PSD)		
Pedro Alexandre Barros Amorim do Rego (PSD)		
Manuel Rodrigues Salgueiro (CDS/PP)		
Daniel Gomes de Amorim (CDS/PP)		
António Gonçalves da Silva (CDU)		
Augusto Manuel Alves Silva (CDU)		
António Joaquim Oliveira Santos Rodrigues (CDU)		
Sónia Maria da Silva Lajoso (VNC)		
Rafaela Sousa Coutinho de Almeida (VNC)		
Francisco Ribeiro Vaz (BE)		
Manuel Sá Mota (BE)		



01-03-2006

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

PRESIDENTE DE JUNTA	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Manuel Fernando Xavier Morais do Vale - AFIFE		
Fernando Alberto Vilarinho Martins - ALVARÃES		
José Paulo Coelho do Órfão - AMONDE		
Rogério Ramiro Silva Barreto - BARROSELAS		
Maria Alexandrina Rodrigues Vieira Castilho - CARDIELOS		
Joaquim Viana da Rocha - CARREÇO		
Casimiro José Alves Vieira de Araújo - CARVOEIRO		
José Vieira Pires - CASTELO DE NEIVA		
José Filipe Penteado Ribeiro - CHAFÉ		
António Idalino Rodrigues Pereira - DEÃO		
Hilário Teixeira Moreira - DEOCRISTE		
Artur Borlido Ribeiro - FREIXIEIRO DE SOUTELO		
Carlos Alberto Faria Torres - GERAZ DO LIMA (STA. LEOCÁDIA)	S	
José Augusto Oliveira Silva - GERAZ DO LIMA (STA. MARIA)	B	
Ezequiel da Silva Gomes do Vale - LANHSES		
Américo Afonso da Balinha - MAZAREFES		
Marsal da Silva Pereira - MEIXEDO		
Carlos Manuel Correia Pires - MONTARIA		
José Alves Lima - MOREIRA DE GERAZ DO LIMA		



01-03-2006

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Porfirio Neves Afonso - MUJÃES		
António Pereira da Costa - NEIVA		
Agostinho Sérgio Gonçalves Fernandes - NOGUEIRA		
Amaro Gonçalves Rodrigues - OUTEIRO		
Rodolfo Rodrigues Parente - PERRE		
José Torcato Lima da Costa - PORTELA SUZÃ		
Manuel Hermenegildo Ribeiro Costa - STª MARTA PORTUZELO		
Filipe Esteves Miranda - SERRELEIS		
Ilidio Gonçalves do Rego - SUBPORTELA		
Joaquim da Cruz Araújo - TORRE		
António Ferreira Longarito - AREOSA		
Joaquim Dantas Afonso Perre - DARQUE		
Manuel Américo Matos Carvalhido - MEADELA		
Miguel Pita Carvalhosa - MONSERRATE		
Amadeu Morais Bizarro - SANTA MARIA MAIOR		
Adolfo Rodrigues de Azevedo - VILA FRANCA		
António Dias dos Santos - VILA FRIA		
Filipe Mendes Costa - VILA MOU		
José Augusto do Rego São João - VILA NOVA DE ANHA		
António da Silva Moreira - VILA DE PUNHE		
António Rocha Araújo - VILAR DE MURTEDA		



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

E D I T A L

ARMANDO RODRIGO SOARES PEREIRA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Faz público que no dia 1 de Março próximo (Quarta-feira), com início pelas 21 horas, realizar-se-á no Auditório do Castelo de Santiago da Barra, desta cidade de Viana do Castelo, uma sessão extraordinária desta Assembleia Municipal com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. DELIBERAÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE INQUÉRITO AOS FACTOS RELATADOS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZEMBRO DE 2005, SOBRE ILEGALIDADES COMETIDAS ENTRE A CÂMARA E JUNTAS DE FREGUESIA NO FORNECIMENTO DE INERTES E DINHEIROS PÚBLICOS;

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

E eu, , Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.

Paços do Concelho de Viana do Castelo, 20 de Fevereiro de 2006.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Soares', written over a light-colored rectangular background.

h. Mandatário

h. deputados Municipais

h. Mandatário da Câmara

1

Handwritten signature

Faz parte do meu modo de vida, da minha natureza mental e da educação que recebi, respeitar as pessoas, independentemente da situação social e das funções que desempenhamos.

Quando para além da pessoa, está a função, o cargo ou a responsabilidade que exerce, ao respeito natural acresce o de instituição que representa.

Mas, se esse cargo advém de uma eleição, de um acto eleitoral demonstrativo, esse facto ainda a obrigação e o dever de redobrar esse mesmo respeito.

É assim que eu sei estar na vida e é assim que eu quero estar nesta Assembleia Municipal.

Quando no último A. M., fui tido entrar a porta deste auditório, para calmamente assistir ao que faltava de sessão, (para fazer ^{Exadiazis} ~~particulares~~ ~~links~~ ~~links~~) deparei-me com um quadro muito triste — o Sr. Presidente (que eu pessoalmente estimo) em frente

MAS, se eu não fui por acaso, que os ^{meus} ~~meus~~ ^{meus} ~~meus~~,
não se deu com maioria na Assembleia Municipal
E, nós estamos a iniciar este mandato no
piores estilo possível, por um lado temos uma
câmara, porventura com de exercer tanto e
tão grande poder, que não respeita a A.M. e
não respeita as regras democráticas

Por outro lado, temos um Partido socialista,
submisso e subserviente ao Executivo, que está nesta
A.M. com a única preocupação de dizer "sim
à Presidente".

O grupo dos Independentes - a Presidente de
facto - que não tem o respeito e até simpatia, estão
submisso às regras democráticas e de liberdade de
impostos pelo executivo.

Sejam Presidentes da A.M.

Este é o quadro em que um órgão eleito
democraticamente poderia exercer o seu mandato

É neste quadro, onde a liberdade e a
prática democrática não existe que chegamos
a esta Assembleia Municipal Extraordinária.

porque, heurum presidente e he deputado dos municípios.

Com as regras que nos votão - ora importantes e

Com a falta de transparência, fundo o que nos
e' possível entender e' o que parece.

Foi o heurum presidente de câmara que denuncia
e deixou no ar esta falta de transparência, com
as afirmações que produziu e que serão aqui
posteriormente ^{citadas} reproduzidas por um dos leitores.

Quem esteve presente e ou ouviu as declarações
do heurum presidente, ao poder concluir: - Ou o
heurum presidente mentiu a voto A.M., o que não
parece credível, porque pessoa de Bem e com as
suas responsabilidades, não pode faltar a verdade
a um órgão como a A.M. ou a declaração que
fez e' verdadeira e como vota' em causa o
interesse público, transparência do poder e o
bem nome de pessoas e instituições, a suspeita
não pode ficar no ar.

E como vota' em causa a suspeita em relação
aos heurum presidentes de q.f., aos próprios membros
da câmara e formadores. O P.S.D. com o

propósito de esclarecer, no próprio A. M. de 22.12,
em que foi proferida toda demissão do Sr. José
pelas a criação de uma Comissão de Inquérito

E agora, Senhor e Senhora Deputados Municipais,
reparem como fomos tratados:

(d. 15)

Da reunião da Comissão Municipal, de 12 de Janeiro,
que preparou o A. M. Extraordinário; o P. S. D. próprio em
reunião, que foram agendados para esta sessão Extraordi-
nária ponto na ordem de trabalhos, com o objectivo
de discutir sobre a criação de uma Comissão de
Inquérito.

Todos os partidos e agrupamentos estavam de
acordo, incluindo o P. S. e o Representante dos S.
~~os~~ Presidentes de Junta, ^{em indignado} em abono de verdade, este
assume um papel impulsionador para que o futuro
Presidente da Câmara esclareça das razões para
a demissão, e que os comprometa.

Após longa discussão e por unanimidade a Comissão
decidiu, pedir por escrito, informação ao Senhor P. C.
que esclareça, o que pretenda dizer como factos
afirmações e se a sua intenção, que produz
nestas as esclarecimentos que julgam convenientes

o Comissário Vermant um requerimento, requerendo a convocação de uma A.M. Extraordinária, com o objectivo de discutir da crise de uma comissão de Inquérito

Uma 1ª fase, o requerido foi aceite, posteriormente o P.S. alegando custos accrescidos, propôs que fizesse parte da Ordem de trabalhos da A.M. ^{do dia 24/12} primeiro como último ponto da Ordem de trabalhos e depois como primeiro. (Por uma questão de tempo, dispensei-me de fazer referência aos argumentos verbais)

O P.S. ainda fez um o apoio de 2/3 dos representantes da Comissão, para agendar, tentando esvaziar a A. Extraordinária,

A.A.M. foi convocada e depois ~~se~~ ~~as~~ ~~partes~~ ~~em~~ ~~na~~ última A.M. as tentativas de desrespeito por algo que tinha sido decidido.

Estes ^{alguns} ~~raões~~ dos factos e trapaçalhada, limitadora da liberdade e que em nada dignificam a política e os políticos.

Outras situações graves, como a gravação da reunião que ficam por explicar.

Senhor Presidente

Senhor e Senhoras Deputados Municipais

Se há alguém neste A. M. responsável pela convocação desta A. M. Extraordinária é o Senhor Presidente da Câmara.

Mais importante que as questões ^{de} factuais partidárias, é a seriedade com que a política deve ser tratada.

A verdade, o interesse dos vizinhos e o respeito por esta A. M., tem que ser superior aos interesses político-partidários.

Que a vontade unânime da Comissão Permanente, que tudo fique esclarecido e reflecta na votação a favor da criação da C. Inquérito.

Quem não se faz respeitar, não merece ser respeitado e nós que queremos merecer o respeito dos vizinhos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO



AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

Ex.mo Senhor Presidente da Mesa
Ex.mos Senhores Secretários da Mesa
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal
Ex.mos Senhores Vereadores
Ex.mos Senhores Deputados Municipais
Senhores Jornalistas
Meus Senhores e Minhas Senhoras

As razões desta Assembleia são três graves ocorrências na vida democrática em Viana do Castelo, despoletadas a 22 de Dezembro de 2005, aquando do debate nesta câmara do Plano de Actividades e Orçamento para 2006, então chumbado.

Embora o texto inscrito na Ordem de Trabalhos não seja de todo correcto e extrapole o que, de facto, foi discutido, proposto e decidido em sede de Comissão Permanente, como o atestam a acta com o número 3 e o ofício nº AM-11, de 5 de Janeiro, dirigido ao Senhor Presidente da CMVC, ambos daquela comissão, o que se pretende é esclarecer o alcance das suspeitas levantadas e das acusações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara. Decorrente da atitude desrespeitadora da vivência democrática e incumprimento do dever do Presidente da Câmara em responder à Assembleia, nos termos da lei, como lhe fora solicitado, surge a causa segunda desta Assembleia. Assim, embora o PS tente varrer para debaixo do tapete o que aos Vianenses não convém mostrar,

estamos perante a violação de regras básicas da vida democrática e num momento que merece atenta e criteriosa reflexão sobre a vida do município, fazendo emergir a realidade presente e futura, já que as opções políticas e de gestão são, ainda que encobertas, preocupantes e com indícios e manifestações evidentes para a vida de cada um e para o destino de todos.

Afinal, o que afirmou o Senhor Presidente na supracitada sessão da Assembleia?...

Porque somos rigorosos, fui escutar, pois já tinha ouvido, tais afirmações do Senhor Presidente, insertas no registo fonográfico daquela sessão. É sobre cada excerto relevante que assenta esta intervenção, para que se não criem mais dúvidas e não persistam reservas. Começou, na intervenção sobre o assunto, o Senhor Presidente por dizer, cito, «... durante doze anos de mandato, a CM tem como problema com as Juntas de Freguesia a transferência de inertes...primeiro a transferência era feita sem qualquer controlo... não tinha clareza...depois iniciou-se a transferência com base em protocolo.

E prosseguiu: «...há fornecedores mais atreitos... que substituíam areia por cimento, blocos por paralelos... havia Juntas que quase não recebiam inertes... que gastavam os dinheiros dos melhoramentos na aquisição de inertes... isto tem que ser clarificado... e a maneira de clarificar é dar uma verba certa para que todas as Juntas adquiram o que precisam.», fim de citação.

Comentário [AMS1]:



O Senhor Presidente e o PS vêm confundindo os conceitos. Sem dúvida que esta situação de que se diz conhecedor o Senhor Presidente tem que ser completamente clarificada, para que não restem mais sombras sobre o assunto. Mas a maneira de o fazer não é como quer fazer crer; a forma de clarificar é com uma Comissão de Inquérito, como pede o CDS-PP e o PSD, e por isso aqui estamos hoje. É, no mínimo, preocupante o que o Senhor Presidente nos revelou, pois tornou claro que, perante situações desreguladas na acção da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o seu presidente, conhecendo-as, nada fez. Que outras matérias há em que tal atitude do executivo camarário foi a mesma? Viana e os Vianenses merecem mais e melhor!

Por que vem só agora o Senhor Presidente falar em medição correcta? Teriam os instrumentos de medida estado inertes durante estes doze anos do mandato socialista? Ou os inertes teriam feito greve à medição?

Neste ponto, como pudemos ouvir, são denunciados os fornecedores que têm inclinação para vender gato por lebre.

A denúncia continua pelo Senhor Presidente quando prosseguiu as insinuações, cujo conteúdo se agravava, cito, «...uns tinham mais areia que outros... entendemos que isso tem que ser feito com mais rigor... admito que alguns

Presidentes de Junta eram mais persuasivos junto dos serviços... e que tenham dificuldade em satisfazer a necessidade de inertes.», fim de citação.

Sobre estas afirmações o CDS-PP dá Parabéns!, pois, ao fim de doze anos de mandato, talvez por necessidade [o povo diz que a necessidade aguça o engenho], o Senhor Presidente e a sua equipa descobrem que urge mais rigor na acção da Câmara Municipal de Viana do Castelo; denuncia que os serviços da Câmara que preside há doze anos se rendem à persuasão de Presidentes de Junta que ainda não estavam satisfeitos de inertes. Isto é inaceitável..., não podemos aceitar a discricionariedade e o capricho para distribuição de materiais, inertes ou não, nem de bens às freguesias. A Câmara tem que ser justa, o presidente e a sua equipa estão obrigados a ser isentos. Como podem os Vianenses continuar a acreditar na acção presente ou futura de qualquer um dos membros do executivo na governação do município? Como, perante o que este facto nos desvela?... Note-se que o executivo e o seu presidente estavam informados do que se passava. É o Senhor Presidente quem o afirma e reitera, nove minutos após ter iniciado a dissertação sobre o assunto, quando diz, cito, «... tive a oportunidade de ouvir muitos presidentes de Junta.»

Comentário [AMS3]:

Todos sabemos que o Senhor Presidente os ouviu e se fez escutar; o que não sabemos é o que lhes disse, mas foi claro que o auspício deu bons indicadores para a Assembleia que se realizou a 11 de Janeiro.



AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

Mas a gravidade do que nos declarava, então, ia crescendo na narrativa, quando disse, cito, «*Há outra coisa! Há outra coisa muito importante! Não estamos em situação de vacas gordas; estamos em situação de vacas magras; há que ter consciência que não estamos em tempos de termos aumento de verbas que não existem...*», fim de citação. Estas declarações, de tão comuns e frequentes poderiam ser vazias de significado. Mas, não! Elas são o corroborar da acção do executivo que Vossa Excelência preside; são consentâneas com o que vimos assistindo em Viana do Castelo para esta terra. A Câmara PS, e todos os seus elementos do executivo de há doze anos, cavaram um poço que sorve as bolsas dos vianenses e suga as suas economias, através do aumento de todo o tipo de taxas, serviços e coimas, aumentando tarifas e inventando outras formas de fazer receita para o poço que teima em cavar: um poço que já está cheio de buracos financeiros e sofre do fogo da justiça; um poço cuja água procurada nem sequer é sondada e onde a luz é cada vez mais trémula e fraca, e que todos nós vamos ter que encher de alguma forma, qualquer que seja o seu fim.

Não falo do Polis para a cidade, já que neste reconhecemos benefícios como o era a Polis para a Grécia Antiga. Falamos da tenaz teimosia em fazer despesa incauta e inadequada aos fins que persegue; despesa que nos últimos anos tem gerado despesa e desperdício em investimento, como o caso do actual Mercado Municipal, que sorve

Comentário [AMS4]:

enquanto espera; despesa que deixa as Juntas de Freguesia mergulhadas em dívidas pela dívida da Câmara; despesa que para ser paga asfixia o comércio local e desincentiva VIVER MAIS VIANA. Exemplo dessa obsessão são todos os expedientes e decisões que visam, mesmo de forma cega, ilegal e intolerável, cobrar mais e quanto antes, mais arrecadar na tesouraria, por acção da Câmara ou das empresas municipais; como o são as imprudentes execuções, as expropriações e os desalojamentos que se pretendem levar a cabo de forma rápida sem a devida contrapartida a quem se vê já de forma compulsiva obrigado a ceder à vontade de políticas marxistas que saqueiam quem trabalha e promovem o letárgico nivelamento social por baixo.

O Senhor Presidente sabe que há anos que não vivemos tempo de vacas gordas, mas o problema que apresenta é outro: diz que não estamos em situação de vacas gordas. Porquê só agora? Que teria feito despertar o executivo? Por que razão, afinal, ao fim de doze anos, despertou do enleio em que se encontrava? Ou será que, ao sair no final do mandato, e ao ceder o lugar a um dos membros do executivo, que sempre o acompanhou, julga ser possível branquear esta política PS, cujos reflexos negativos só agora começam a surgir e doravante se terão de pagar?!

As pessoas que o Senhor Presidente diz virem à cidade mostrar orgulho na obra feita - como se ao fazê-lo não possam vir manifestar o desacordo pelas opções do actual executivo - ainda vão reclamar da



factura. É já dessa conta que Vossa Excelência e a equipa que preside estão a debitar, por isso descobriram a inércia sobre os inertes!...

Mas nós sabemos, como há pouco disse, que é o poço que cava em Viana para os Vianenses que fazem a situação e trazem a vaca na penúria. Saberão certamente, porque incertos os desígnios futuros são e da justiça, que, por esta mesma razão, poderão vir a ficar com porquinho gordo...

Naquela intervenção, que estava devidamente estruturada e foi progredindo em gravidade, por isso não aceitamos considerá-la circunstancial nem irreflectida, o Senhor Presidente afirmou, doze minutos após a ter iniciado, cito, «... a exposição, às vezes em armazéns, mal guardados, em que há roubo e desvio de materiais para obras que não são públicas... que isto ficasse bem claro, para que cada um pudesse cuidadosamente zelar pelo material que compra com dinheiro que recebe da Câmara Municipal...», fim de citação.

Isto é grave. É grave o conteúdo e mais grave ainda é saber que o Presidente da Câmara o afirmou desta forma e só agora.

É uma afirmação! Uma afirmação que lança a denúncia sem identificar o referente, por isso mais grave ainda, porque é lançada a suspeição sobre todos os Presidentes de Junta.

A suspeição é injuriosa; a suspeição é ofensiva; a suspeição é imprópria de um Presidente de Câmara...

Poder-se-ia dizer que tal foi involuntário, mas, sem querer fazer juízo e com o devido respeito, não posso deixar de registar que a sequência do discurso do Senhor Presidente foi crescendo em gravidade acusatória e não deixou dúvidas ao dizer, cito, «..... para que isto ficasse bem claro... isto é suficientemente claro.», fim de citação.

Evidente se tornou a todos nós, que o ouvimos num discurso em que denuncia Fornecedores, Serviços da Câmara, Presidentes de Junta de Freguesia e terceiros indeterminados, num discurso que vai crescendo desde a atribuição de inertes sem qualquer controlo até ao roubo e desvio de bens públicos para obras privadas, sem eufemismos nem rodeios, acções que o Senhor Presidente calou e consentiu sem actuar e que a 22 de Dezembro de 2005 denunciou. Ou não terá sido assim?

Foi com sentido de responsabilidade e bom senso que a Comissão Permanente, em reunião havida a 4 de Janeiro último, pediu esclarecimento objectivo e circunstanciado sobre o alcance de tais das palavras que proferiu publicamente nesta Assembleia quando aludiu ao fornecimento de inertes e execução das obras pelas Juntas de Freguesia. Na mesma missiva se solicitava a Vossa Ex.cia a resposta até 30 de Janeiro e a indicação de uma data em que pudesse estar presente, querendo, para, EM TEMPO ÚTIL, ser agendada reunião da Comissão Permanente. Em qualquer das circunstâncias, com ou sem a Vossa presença, foi na já referida reunião de 4 de Janeiro decidida a realização de uma reunião para analisar tal assunto em face da Vossa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO



AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

resposta escrita. Mas o Presidente da Câmara nunca respondeu ao solicitado, e não vale aqui qualquer manobra ou argumento para esconder este facto: aconteceu que este órgão não obteve resposta e, por isso, não foi respeitado nas suas competências por incumprimento de Vossa Ex.cia. Ora este é o segundo motivo, grave, que nos impeliu a invocar o direito de pedir esta Assembleia Extraordinária que o PS, por diversas formas, procurou evitar, não obstante concordar com a necessidade de esclarecer o assunto. Três são já graves os assuntos aqui a debater, e por isso o CDS-PP aqui está, sem abandonar a sala, porque nunca o fez nem faz parte de sua matriz tal comportamento, como erradamente foi noticiado, para repor a verdade.

Como é possível invocar a democracia quando estamos perante um executivo que usa na acção a guerrilheira máxima que quem não está comigo está contra mim; que tem apetência para a demolição, por isso não gosta que o contrariem?

Onde está a honra e a dignidade dos Presidentes de Junta com tais afirmações?

Não se sentem injuriados e indignados?

Por que não hão-de querer que as alegadas irregularidades, o roubo e desvio declarados de materiais sejam completamente esclarecidos?

Querem continuar a viver sob a suspeição levantada, arcando com a responsabilidade que Vos foi dirigida pelo Presidente da Câmara? Claro que não, tal não aceitável!

Não percamos mais tempo nem haja hesitação sobre as graves declarações feitas neste órgão municipal.

Se à mulher de César não chega ser, pois também deve parecer, Vossas Excelências não podem parecer: o Presidente de Junta, como o de Câmara, tem de ser sério e respeitado por isso.

A constituição de uma Comissão de Inquérito não é capricho do CDS-PP nem do PSD; é um imperativo moral e democrático; é uma vassourada nas nuvens levantadas pelo Senhor Presidente da Câmara para tornar claro o que disse já ter esclarecido, mas não esclareceu.

Que esclarecimento prestou Vossa Excelência, Senhor Presidente, a esta Assembleia e aos cidadãos do município a que preside? NENHUM, rigorosamente nada, coisa alguma esclareceu Vossa Excelência.

Esclarecer significa tornar claro, dar explicações, e isto o Senhor não fez em momento algum sobre este assunto, pelo contrário. Procurou, tal como o PS, foi abortar a clarificação de tais afirmações.

Este é um momento que não pode ser negligenciado, pela gravidade que se reveste. Por isso é que todos os agrupamentos políticos, em sede de Comissão Permanente, desde 4 de Janeiro e reiteradamente, pediram esclarecimentos sobre tais declarações, os quais nunca foram dados.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO



AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

Todos os agrupamentos políticos subscreveram a averiguação e esclarecimento das alegadas irregularidades.

Qual a razão de tentar abordar este assunto de forma apressada e ligeira na passada sessão da Assembleia Municipal, quando esta já estava convocada? Certamente, volvidos estes dias, concluíram que tal, caso acontecesse, só contribuiria para adensar as sombras que pairam sobre a acção da Juntas de Freguesia e da Câmara. Branquear este assunto não serve a democracia e não ajuda a transparência que se exige ao exercício de actividades públicas.

Mais que uma necessidade, a inquirição das alegadas irregularidades é um dever moral e ético a que todos nesta Assembleia estamos obrigados. Por isso a votação da proposta será elucidativa do que cada um dos deputados pretende para este assunto. Mais, o voto de cada qual evidenciará claramente ao serviço do que estamos no exercício do mandato para que fomos eleitos.

Por isso, porque não devem persistir mais quaisquer reservas; porque devemos dignificar a Assembleia; considerando que só o pleno esclarecimento e a completa elucidação a todos serve, ninguém se deve abster; todos devem votar. Pelo voto seremos julgados!

Por fim, quero aqui deixar o desagrado pela forma como tive acesso ao registo fonográfico da Assembleia: fi-lo num rádio-gravador sem contador, de porte considerável, próprio do século passado, sem

auscultadores nem privacidade. Fui obrigado a ouvir o registo dando eco claro do que ouvia e ou repetia junto dos profissionais presentes. Isto é inaceitável e indiciador do respeito que há por este órgão. Em quatro letras e dois algarismos, deixo aqui um repto: I9 na K7!, Senhor Presidente, pois já é tempo.

Viana do Castelo, 01 de Março de 2006

Pe'l O Agrupamento Político do CDS-PP



(Aristides Martins de Sousa)

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1/MARÇO/2006

**COMISSÃO DE INQUÉRITO DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DA
CÂMARA**

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Exm^a Mesa
Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Exm^a Vereação
Exmos Senhores Deputados Municipais**

Estamos de novo reunidos em sessão extraordinária da Assembleia Municipal para discutirmos e eventualmente aprovarmos a constituição de uma Comissão de Inquérito aos factos relatados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, na sessão ordinária desta Assembleia realizada em 22/Dezembro/2005, sobre ilegalidades cometidas no fornecimento de inertes às Juntas de Freguesia.

O Agrupamento Político da C.D.U. está disponível para votar a favor da constituição da Comissão de Inquérito, requerida pelo PSD e CDS, contudo não pode deixar de chamar a atenção que estamos perante um facto político, que podia e devia ter sido resolvido no seio desta Assembleia, e mais, já o podia ter sido discutido na última sessão da Assembleia Municipal, realizada na passada sexta-feira.

Os meios, nem sempre justificam os fins, e condenamos que os Agrupamentos Políticos do PSD e do CDS, não tenham aceite discutir este assunto na última

Assembleia e que se pretenda antes agitação à volta de uma questão, onde certamente muitos responsáveis não estarão isentos.

Aliás, é até do agrado da CDU, referir que esta questão de desigualdade no fornecimento de inertes às Juntas de Freguesia, foi por diversas vezes levantada ao longo dos anos, por eleitos seus nesta bancada, e nunca mereceu grande atenção dos restantes Agrupamentos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção da referida Assembleia Municipal de Dezembro passado, falou na transferência de inertes nos últimos doze anos (tanto quantos os seus mandatos), areia, blocos, cimento, paralelos, etc.

Tendo dito que no princípio essa transferência era feita sem nenhum controle. Depois passou a ser apoiada em deliberações para cada obra e deu-nos a conhecer que ocorriam algumas alterações no fornecimento do que se encontrava aprovado e o que realmente era entregue pelos fornecedores, o que configurava uma transferência sem grande clareza (estou a usar as suas palavras) .

A nova fórmula aprovada para a transferência de inertes parece-nos perfeitamente correcta e mais justa, aliás sempre causou estranheza que umas Juntas tenham verdadeiros estaleiros de inertes armazenados e outras nada tenham, não será certamente porque umas façam muita coisa e outras façam muito pouco, não será esta certamente a explicação.

Nesse sentido, apresentamos uma proposta de âmbito mais alargado, àquela que nos é proposta pelo PSD e CDS.

✂ ✂ ✂

A proposta do PSD e do CDS é para analisar e investigar os doze anos de mandato do Dr. Defensor Moura.

CDU Juntas o seu trabalho e constituição da C.I.

A proposta da CDU para o trabalho da Comissão de Inquérito vai no sentido de ser investigado dois mandatos de dois executivos diferentes, até para podermos ter uma realidade da forma como são tratadas as diferentes Juntas por presidentes diferentes, ou seja entendemos que deverá ser investigado o mandato do Dr. Branco Morais, de maioria social democrata e o último mandato do Dr. Defensor Moura de maioria socialista .

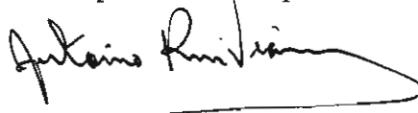
Torna-se necessário definir o âmbito desta Comissão, quem vai inquirir, se todos os Presidentes de Juntas de Freguesia, os vereadores responsáveis por este sector, os fornecedores, os encarregados pela entrega e controle dos materiais, para além necessariamente do senhor Presidente da Câmara Municipal, que com a sua intervenção fomentou o aparecimento desta discussão.

Como referimos anteriormente estamos disponíveis para votar favoravelmente a constituição da Comissão de Inquérito, desde que a mesma tenha como objectivo um período temporal mais alargado do que aquele que é defendido pelo PSD e CDS.

Viana, 1/03/06

O Agrupamento Político da CDU

O Deputado Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

AGRUPAMENTOS POLÍTICOS do PSD e do CDS-PP

DECLARAÇÃO DE VOTO

Decorrente da rejeição da proposta de constituição de Comissão de Inquérito para averiguar o *roubo e desvio de materiais para obras não públicas*, alegados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal Extraordinária, realizada para esse fim, o PSD e o CDS-PP fazem a seguinte declaração de voto:

1. A suspeita lançada pelo Senhor Presidente da Câmara não foi esclarecida nem por ele nem por qualquer dos presentes em alguma sessão da Assembleia Municipal após 22 de Dezembro de 2005;
2. A Câmara e o seu presidente limitaram-se a explicar que o processo de aquisição e de transferência de inertes para as Juntas de Freguesia foi alterado, não sendo este o objecto da Comissão de Inquérito proposta.
3. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu, de facto, as alterações feitas ao processo de transferência destes materiais, mas em momento algum explicou o fim distinto (para obras não públicas como o próprio afirmou) que os mesmos tinham daquele para que foram adquiridos e ou transferidos;
4. Como o que se pretendia inquirir não era o saber o que as Juntas de Freguesia adquiriram e ou a Câmara Municipal transferiu, ficam os Vianenses sem saber onde, quando e quem roubou e ou desviou materiais para obras que não públicas;
5. A Assembleia Municipal Extraordinária não só não permitiu esclarecer o que à mesma deu origem como também abortou qualquer hipótese de que o esclarecimento viesse a acontecer;
6. Durante o debate, o PS procurou sempre desviar a atenção do essencial para o acessório, limitando-se a alimentar a ideia de "banzé" que o mesmo criou;
7. Ficou claro, pelo debate, pela hora a que a Assembleia Municipal Extraordinária terminou e pelos retrocessos que na mesma se assistiu, que esta era e foi necessária;
8. O Senhor Presidente da Câmara não prestou todos os esclarecimentos; prestou os esclarecimentos que ele próprio julgou necessários e sobre as suspeitas e acusações que fez nada disse.

Depois do que na Assembleia se evidenciou, o CDS-PP e o PSD consideram que a responsabilidade das afirmações proferidas e dos alegados roubos e desvios que pendem sobre a responsabilidade dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, jamais esclarecidas, fica com quem as proferiu e com quem não deu procedência à constituição da Comissão de Inquérito, respectivamente.

Assim, o CDS-PP e o PSD declaram que o voto a favor da criação da Comissão de Inquérito é o reforço dos princípios da transparência e da coerência com o exercício do mandato para que os respectivos Deputados Municipais foram eleitos, lamentando que os mesmos não sejam postos em prática por todos os presentes neste órgão autárquico.

Viana do Castelo, 1 de Março de 2006

Os Líderes dos Agrupamentos Políticos

PSD

Carlos Antunes

CDS-PP

Aristides Sousa